

-----**ACTA N.º 18/2009**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de Setembro de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro, por motivos de saúde, que a Câmara deliberou aceitar, considerando a falta devidamente justificada.-----

-----A reunião foi secretariada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, Assistente Técnica.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por endereçar rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Câmara, enquanto edil, e de uma forma muito particular ao amigo Zézé, referindo que situações destas nunca deveriam acontecer, mas acontecem... e de uma forma inesperada e

traíçoeira, desejando que a sua recuperação seja total e o mais rápida possível. -----

-----De seguida, solicitou ao Senhor Vereador António Silva um documento onde conste que Celorico da Beira foi contemplado pelo Programa Pagar a Tempo e Horas, e se foi, pretendeu saber se já foi efectuado algum pagamento, em caso afirmativo, quais os critérios utilizados. -----

-----Fez também referência a um outdoor da campanha das eleições autárquicas do PS, onde figura o futuro Centro Escolar, questionando onde será a sua localização. -----

-----Relativamente ao abastecimento de água, disse que na Urbanização Celurba o fornecimento de água continua com pouca pressão, situação para a qual a Técnica Responsável já havia sido alertada na última reunião, mas que até à data ainda não se encontra solucionada. -----

-----No que concerne à iluminação no Bairro de Santa Eufêmea, disse que é mais do mesmo continua às escuras, não entendendo a razão dessa situação, uma vez que este assunto já foi referenciado em sucessivas reuniões de Câmara.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** começou por dizer que partilha das palavras do Senhor Vereador Rui Correia relativamente à recuperação do Senhor Presidente da Câmara. De seguida, disse ter tido conhecimento de um prospecto oficial da campanha do Eng. Zézé, relativamente à equipa candidata à Junta de Freguesia de Santa Maria, no qual constava o seguinte texto: “Não podemos deixar que o trabalho a realizar na freguesia se resuma à intervenção da Câmara Municipal.” Mencionou que este tipo de abordagem não fazia sentido, até porque, o Senhor Presidente da Câmara, por diversas vezes havia tecido considerações à actual Junta de Freguesia, no sentido de ser uma equipa dinâmica e autónoma. Disse que deveria existir cuidado naquilo que se escreve e que se diz, sendo esta, uma situação que deveria ser corrigida. -----

-----De seguida e referindo-se em concreto ao Pelouro do Senhor Vice-Presidente, mencionou que ficava nostálgico porque ao fim de quatro anos de mandato, não se conseguiu colocar em prática o cartão do idoso e cartão social, que iria colmatar muitas das necessidades sociais, existentes no Concelho. No que concerne ao PAA e como estão no final do mandato, nesta altura poderá não fazer sentido a aprovação do regulamento, mas por uma questão de transparência era de todo conveniente a sua aprovação. Disse que havia já solicitado alguns dados relativamente à CPCJ, mas que até à data ainda não lhe foram disponibilizados. Contudo, sai de consciência tranquila por verificar que apresentou ao longo do mandato várias propostas, para as diferentes áreas. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o “Programa Pagar a Tempo e Horas” já foi aprovado. Neste momento encontra-se em trabalho administrativo, o departamento financeiro da autarquia está a elaborar a listagem dos fornecedores, que será submetida à consideração do Tribunal de Contas, para finalmente ficar disponível o montante para regularização de dívidas. -----

-----Informou que o Executivo está empenhado em solucionar o problema das dívidas aos fornecedores através do “Programa Pagar a Tempo e Horas”. -----

-----Deu conhecimento de que a autarquia está a contactar os fornecedores para efectuarem a assinatura do contrato.-----

-----Informou que a empresa Helena Achando foi contactada para resolução da dívida existente, mas que não compareceu, aparecendo posteriormente, mas que devido a compromissos agendados do Senhor Vereador, não foi possível receber o Senhor Albuquerque. No dia 11 de Setembro o advogado do Senhor Albuquerque foi contactado para uma reunião, mas que acabou por cancelar. O Senhor Vereador enviou um fax para o Senhor Luís Albuquerque, que se anexa a esta acta (**anexo I**),

informando que se encontrava disponível, como sempre, para a resolução do assunto mencionado. -----

-----Frisou que o critério do Executivo é a resolução de todos os casos, sem excepções. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** relativamente ao Centro Escolar disse que o mesmo irá ser construído no terreno abaixo da Central de Camionagem, que neste momento pertence à freguesia de São Pedro. -----

-----Sobre o abastecimento de água, deu conhecimento de que as Águas do Zêzere e Côa se prontificaram a abastecer as condutas com o autotanque dos Bombeiros. Relativamente à iluminação no Bairro de Santa Eufêmea disse que o Técnico Responsável já recebeu orientações para tratar deste assunto. -----

-----No que concerne ao prospecto do PS disse que a candidata à Junta de Santa Maria escreveu o panfleto e que cada um é responsável por aquilo que escreve ou diz. Referindo-se à Junta de Freguesia de Santa Maria e São Pedro, disse que a Câmara Municipal faz a manutenção dos espaços e dos equipamentos destas duas freguesias a todos os níveis, e que, o que diz a candidata do PS poderá ser interpretado de várias maneiras, uma vez que em termos de obras, há ajuda de ambas as partes, ou seja, quando a Junta de Freguesia disponibiliza a mão-de-obra, a Câmara disponibiliza a parte financeira e vice-versa, sendo que, a candidata possivelmente vê a Câmara Municipal a intervir nessas obras e interpretou como sendo da sua exclusiva responsabilidade. Referiu que, por vezes, no calor da política dizem-se coisas que não se quer, dando como exemplo o facto de o Executivo Autárquico, na Assembleia Municipal, ter sido acusado pelo candidato do PSD de corruptos e de fazerem pagamentos selectivos, o que não corresponde à verdade. -----

-----Sobre o Cartão do Idoso e o Cartão Social disse que tem o regulamento para estes dois cartões desde o primeiro ano de mandato. Deu conhecimento de que há alguns anos existiu o Cartão 65, com uma

fraca adesão por parte da população e frisou que actualmente quer as crianças quer os idosos usufruem, actualmente de variados descontos, dando como exemplo descontos no cinema, piscinas e nos transportes, sendo que, estes têm a gratuidade dos mesmos.-----

-----Frisou que as acções medem-se pelos resultados e contribuição para a comunidade e não por meros seguidismos, referindo que Celorico não tem que copiar o que as outras autarquias fazem.-----

-----Sobre o PAA disse que havia trazido uma proposta a reunião de Câmara e que pediu o contributo dos Senhores Vereadores e até hoje não obteve qualquer resposta. Deu conhecimento de que a Técnica Responsável, tem o levantamento da CPCJ efectuado, mas que neste momento se encontra doente.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que em relação ao prospecto considera-se esclarecido, foi, simplesmente uma observação, até porque, os candidatos escrevem os seus próprios panfletos, detectando o erro, só o trouxe a reunião para confirmação, até porque, o Senhor Presidente da Câmara sempre elogiou o trabalho desta Junta. Disse que o Senhor Presidente da Junta de Santa Maria se sentiu ofendido e teve direito de resposta. -----

-----Sobre o Cartão Social disse que apresentaram várias propostas, tendo inclusive, recebido um elogio do Senhor Vereador António Silva. Relativamente ao PAA disse ter dado todos os contributos necessários para discutir esse assunto, sendo que, o Senhor Vice-Presidente disse que iria marcar uma reunião e até à data ainda não aconteceu.-----

-----No que concerne ao PAA, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que efectivamente tinha recebido por parte do Senhor Vereador Hélder Bruno algumas sugestões. No entanto, o documento apresentado também incluía a situação do desporto (mais concretamente do futebol) e

sobre essa matéria não houve sugestões, pelo que, ficou a aguardar pelas mesmas.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2009 – REQUERENTE: CASA D. JOÃO DE OLIVEIRA MATOS;**-----

-----**CAMINHO DE LIGAÇÃO ENTRE A E.N. 16 – SANTO ANTÓNIO DO RIO (ROTUNDA DA COVA DA AREIA);**-----

-----**UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, EPE;** -----

-----**IP2 – TRANCOSO/CELORICO DA BEIRA (IP5) – 1.º PLANO DE SINALIZAÇÃO – KM 11,9 DA E.M. 580 – 2.º PLANO DE SINALIZAÇÃO – KM 0,5 DO CM 1101 – 3.º PLANO DE SINALIZAÇÃO – CORTE DO C.M. 1101 ENTRE A E.M. 580 E CORTEGADA;** -----

-----**CEDÊNCIA DE MÓVEIS;** -----

-----**RELATÓRIO SEMANAL REFERENTE À RECOLHA DE LIXO NAS FREGUESIAS DO CONCELHO;**-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO – REQUERENTE: LISA JOAN MARQUES;**-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO – REQUERENTE: FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS LOPES;**-----

-----**SOLICITAÇÃO DE AJUDA PARA CUSTEAR TRANSPORTE;** -----

-----**ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSES ESCOLARES SOLICITADOS AO MUNICÍPIO;** -----

-----**PASSE ESCOLAR SOLICITADO AO MUNICÍPIO;** -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO – REQUERENTE: ANTÓNIO JOSÉ DE JESUS GONÇALVES;**-----

-----**AUMENTO DE COMPARTES;** -----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES.**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA DOIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E NOVE**-----

-----Foi presente a acta número dezassete, da reunião ordinária do Executivo de dois de Setembro de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** solicitou que o Departamento de Águas e Saneamento do Município estivesse presente na reunião para prestar esclarecimentos.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que na acta anterior houve uma chamada de atenção por terem surgido uma série de reclamações quanto à água e à recolha de lixo, pretendendo saber se já estão sanadas. Disse que o mapa de afectação à recolha de lixo que se encontra afixado na secção tem dois anos de atraso. Pretendeu saber se a Engenheira Helena já havia averiguado porque é que o Presidente de Junta da Carrapichana nunca respondeu aos inquéritos efectuados pela autarquia.---

-----A Engenheira Helena disse que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não atende o telemóvel.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que muita coisa melhorou após a chamada de atenção feita na última reunião. Depois pretendeu saber se a Técnica já tinha feito o estudo da colocação dos oleões, de forma a otimizar o seu uso, ao qual a Engenheira respondeu que ainda não estava completo. Disse que a partir de 2010 todas as taxas cobradas

pelas autarquias terão de justificar o valor do metro cúbico da água e da tonelada do lixo, bem como, do Departamento. Disse que o planeamento feito pela Engenheira para a Feira Medieval correu bem, mas, ficou a dever-se ao facto de ter havido uma chamada de atenção.-----

-----Disse que está a ser elaborado um mapa de controlo de falta de água no concelho, pelo Departamento de Águas, com o objectivo de monitorizar o trabalho das AdZC.-----

-----De seguida, questionou a Engenheira se, em momento algum foi referido, por ele o termo medíocre ou colocado em causa a falta de profissionalismo do Departamento. -----

-----A Engenheira Helena respondeu que efectivamente o Senhor Vereador coloca sérias reservas ao trabalho desenvolvido pelo Departamento de Águas e Saneamento, na sua pessoa.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que no Departamento de Águas há colaboradores bons e o serviço é normal. Não admite que alguém mande recados a alguém, sendo esta, uma questão profissional e não pessoal. Em momento algum se referiu às pessoas da secção como sendo medíocres. Questionou a Engenheira sobre o trabalho que tinha solicitado na última reunião de Câmara.-----

-----A Técnica fez uma apresentação do estudo solicitado pelo Senhor Vereador, mas que foi considerado insuficiente pelo mesmo, solicitando que refaça o referido estudo e o apresente na próxima reunião de Câmara.-

-----O Senhor **Vereador António Silva** por fim disse que o Departamento estava presente nesta reunião para repor a verdade e o que realmente interessa é o serviço prestado à comunidade, seja Executivo ou Munícipes. -----

-----**II - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: SINALIZAÇÃO NAS PRINCIPAIS VIAS**-----

-----**Requerente: Junta de Freguesia da Velosa**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 160/2009, datada de 27/08/2009, referindo que analisada a exposição efectuada pela Junta de Freguesia da Velosa, e após deslocação ao local, informam que no entroncamento Amoreiras - Velosa, verifica-se a necessidade de colocação de um sinal B1 (cedência de passagem) e de dois sinais H20a (paragem de veículos de transporte colectivo de passageiros).-----

-----No que respeita à sinalização a colocar no caminho de terra junto à Escola Primária, não do lado direito como indica a Junta de Freguesia, mas do lado esquerdo, deverá ser colocado um sinal B2 (STOP), no entroncamento com a rua principal e em frente um espelho parabólico.-----

-----Sobre o 3.º ponto mencionado, sendo a distância desde a quinta habitada do Sr. António Luís Cardoso Dias, até à paragem de autocarro referida anteriormente, uma distância aproximada de 500m, e havendo muito poucas habitações nessa zona, não lhes parece que o pedido neste ponto devesse ser atendido.-----

-----**A Câmara deliberou aprovar a colocação de um sinal B1 (cedência de passagem) e de dois sinais H20a (paragem de veículos de transporte colectivo de passageiros), no entroncamento Amoreiras – Velosa, bem como, aprovar a colocação de um sinal B2 (STOP), no caminho de terra junto à Escola Primária do lado esquerdo, no entroncamento com a rua principal e em frente um espelho parabólico, devendo os mesmos ficar devidamente registados e cadastrados.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DE TAXAS - ASSOCIAÇÃO DE CAÇA, PESCA, TIRO E AGRICULTURA DA RATOEIRA**-----

-----Foi presente requerimento n.º 718, datado de 08/09/2009, em nome da Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura da Ratoeira, pretendendo a isenção de taxas para o projecto de arquitectura, para a construção da Sede da Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura da Ratoeira, freguesia da Ratoeira, concelho de Celorico da Beira. -----

-----Após análise do projecto, com a legislação em vigor, nomeadamente D.L. 555/99 de 16/12, com a redacção dada pela Lei 60/07 de 04/10, PDM, Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que, o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14.º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

-----*“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”.*-----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas, para o Projecto de Arquitectura, para a construção da Sede, a Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura da Ratoeira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----Foi presente requerimento n.º 694, datado de 04/09/2009, em nome de Irene Paixão dos Santos Leitão, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Ribeira, freguesia do Minhocal, inscrito sob o artigo matricial número 250, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da

aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 1987. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1986. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que irá votar contra dado que e após observação das fotografias, entender que o parecer se encontra desajustado à realidade para o edifício em causa. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente se refere foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por maioria, aprovar a petição da requerente.** -----

-----**Votaram a favor o Senhor Vice-Presidente da Câmara e o Senhor Vereador António Graça Silva e contra os Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno.** -----

-----**Verificando-se um empate, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, usando o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 89.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, desempatou, votando a favor.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO**-----

-----Foi presente o requerimento número 717, datado de 08/09/2009, em nome de António Martins, pretendendo efectuar um destaque de uma parcela de terreno, localizada em espaço rural, de acordo com o PDM em vigor. -----

-----A parcela de terreno a destacar possui uma área de 25.705.00m², ficando com uma área sobrança de 18.205.00m². Na parcela de terreno a destacar já existe uma construção destinada a habitação. -----

-----Assim sendo e em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o ponto 4, do art.º 6.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/07 de 04/09 e o art.º 17.º do CAP. III do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, a parcela de terreno a destacar, cumpre a seguinte condição: -----

-----a) As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos; -----

-----A contagem do ónus do não fraccionamento de outra parcela, do mesmo prédio, decorre no prazo de 10 anos e inicia-se a sua contagem após o registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, de acordo com o ponto 7, do artigo 6.º, do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 60/07 de 04 de Setembro. -----

-----**Após análise e de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos a Câmara deliberou, deferir a pretensão do requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO QUINTA DO CHAFARIZ, COM ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/93 - ALTERAÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO PARA HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS**-----

-----Foi presente informação técnica, da Secção de Obras Municipais, datada de 12/08/2009, com o seguinte teor:-----

-----“Foi solicitado através do requerimento com registo de entrada n.º 13529 alteração à Licença da Operação de Loteamento supramencionada. -

-----Nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a actual redacção e após ter sido dado cumprimento ao

n.º 3 do já referido artigo, nos termos indicados no Parecer Jurídico constante da informação de 25/02/2009, a alteração da Licença da Operação de Loteamento foi precedida de discussão pública sem ter havido qualquer oposição escrita de qualquer proprietário dos lotes constantes do alvará. -----

-----O n.º 7 do artigo 27.º do já referido Decreto-Lei determina que a alteração da licença dá lugar a aditamento ao alvará, que, no caso da Operação de Loteamento, deve ser comunicado oficiosamente à Conservatória do Registo Predial competente, para efeitos de averbamento. -----

-----Não tendo havido quaisquer reclamações, observações, não havendo aumento do número de fogos ou alteração dos parâmetros urbanísticos constantes dos PMOT e sendo a intervenção de pouca relevância no âmbito da Operação de Loteamento, proponho deferimento à aprovação da pretensão do requerente.” -----

-----**Após análise e de acordo com a informação técnica, a Câmara deliberou, deferir a pretensão do requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**III - MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL - EXÉRCITO PORTUGUÊS - BRIGADA DE INTERVENÇÃO - REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 14** -----

-----**ASSUNTO: LIVRO - O N.º 14 NA INFANTARIA PORTUGUESA - A INFANTARIA DAS BEIRAS** -----

-----Na sequência da deliberação da reunião de Câmara do dia 05/08/2009, na qual foi deliberado solicitar informação mais pormenorizada relativamente ao Livro – “O N.º 14 na Infantaria Portuguesa”, foi presente ofício datado de 27/08/2009, do Ministério da Defesa Nacional – Exército Português – Brigada de Intervenção – Regimento de Infantaria n.º 14, referindo que em relação a valores e embora estejam ainda na fase de

recolha de dados para a orçamentação da produção desta obra, os dados disponíveis permitem apontar para um valor aproximado de preço de custo de 25€ para cada exemplar. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** propôs de se adquiram 16 exemplares da obra, para serem distribuídos pelas escolas do Concelho (14), Biblioteca Municipal (1) e Castelo de Celorico da Beira (1).-----

-----**A Câmara deliberou aprovar a proposta do Senhor Vice-Presidente e adquirir 16 exemplares: um exemplar para cada escola do concelho, um para o Castelo de Celorico da Beira e um para a Biblioteca Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**IV - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----Foi presente requerimento n.º 662, datado de 25/08/2009, em nome de António Paulos, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Rua do Outeiro, freguesia de Açores, inscrito sob o artigo matricial número 454, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1984. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente se refere terá sido construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por maioria, aprovar a petição do requerente. -----

-----Votaram a favor o Senhor Vice-Presidente da Câmara e o Senhor Vereador António Graça Silva e contra os Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno. -----

-----Verificando-se um empate, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, usando o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 89.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, desempatou, votando a favor. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**V - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**-----

-----**ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS**-----

-----Foi presente Contrato de Execução que se anexa à presente acta (**anexo II**), submetendo para aprovação do Executivo e ratificação das respectivas assinaturas, o Contrato de Execução assinado entre o Município de Celorico da Beira e a Ministra da Educação, relativamente ao novo quadro de transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, aprovar o Contrato de Execução, bem como, ratificar as suas assinaturas, entre o Município de Celorico da Beira e a Ministra da Educação, relativamente ao novo quadro de transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação. -----

-----Votaram a favor o Senhor Vice-Presidente da Câmara e o Senhor Vereador António Graça Silva e contra os Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno. -----

-----Verificando-se um empate, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, usando o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 89.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, desempatou, votando a favor.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Os Senhores **Vereadores da Oposição** votaram contra, porque consideram que com a transferência do Pessoal não Docente das Escolas Básicas e da Educação Pré-escolar para as autarquias irá fomentar a politização do ensino. -----

-----**VI - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO**-----

-----Foi presente informação interna n.º 103, datada de 03/09/2009, da Secção de Recursos Humanos, referindo que na sequência do questionário enviado por este Município e outras 699 entidades públicas, informam que o Conselho de Prevenção da Corrupção emitiu uma recomendação no sentido de todas as entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos elaborarem planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas os quais devem conter:-----

-----a) Identificação por áreas e departamentos, dos riscos de corrupção e infracções conexas;-----

-----b) Indicação das medidas adoptadas que previnam a sua ocorrência tais como mecanismos de controlo interno, segregação de funções, etc; -----

-----c) Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direcção do Sr. Presidente; -----

-----d) Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano. -----

-----O plano a elaborar por este Município e os seus relatórios anuais devem ser remetidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como, aos órgãos de superintendência, tutela e controlo. Sugerindo ainda, que

seja nomeada uma equipa de trabalho multidisciplinar para a elaboração dos mesmos.-----

-----A Câmara deliberou retirar este assunto da ordem de trabalhos, para uma análise mais detalhada, sendo o mesmo, presente à próxima reunião. -----

-----**VII - ASSOCIAÇÃO JUVENIL "OS BAZÓFIAS"**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO**-----

-----Foi presente ofício n.º 15, datado de 01/09/2009, em nome da Associação Juvenil “Os Bazófiás”, solicitando um apoio no valor de 1.000€ para ajudar a fazer face a despesas inesperadas, como aquisição de músicas para a tourada, entre outras.-----

-----A Câmara deliberou atribuir um subsídio no valor de 500€ à Associação Juvenil “Os Bazófiás”.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**VIII - JUNTA DE FREGUESIA DE FORNOTELHEIRO**-----

-----**ASSUNTO: V ENCONTROS DE ETNOGRAFIA EM FORNOTELHEIRO**-----

-----Foi presente ofício da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, referindo que a Junta de Freguesia e a ADRC organizou os V Encontros Etnográficos do Fornotelheiro, os quais se realizaram nos dias 11, 12 e 13 de Setembro, tendo sido solicitado a colaboração dos electricistas da Câmara Municipal para ligação de projectores de chão para iluminação de fachadas e montagem de luz nas barraquinhas; cedência do cabo eléctrico para fazer as ligações dos projectores no chão; apoio com a alimentação dos grupos; autocarro; divulgação deste evento com os meios disponíveis na autarquia e apoio financeiro.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** considera que em termos de ajuda, deverá ser mantida a mesma linha de actuação em relação a anos anteriores. Referiu que os Encontros Etnográficos deveriam realizar-se, também, noutras freguesias, como aliás já aconteceu, apesar de serem coroados de sucesso no Fornotelheiro.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu os parabéns à organização em nome do Executivo, pelo sucesso do evento e iniciativa das gentes do Fornotelheiro.-----

-----O **Executivo tomou conhecimento da colaboração do Município para a realização dos V Encontros de Etnografia em Fornotelheiro.**-----

-----IX - **COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----**ASSUNTO: PROPOSTAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA - ATRIBUIÇÃO DE TOPONÍMIA AO ARRUAMENTO DESIGNADO POR ESTRADA DE VALE DE AZARES, EM LAGEOSA DO MONDEGO**-----

-----Foi presente proposta da Comissão Municipal de Toponímia de Celorico da Beira, sugerindo a atribuição da toponímia ao arruamento designado por Estrada de Vale de Azares, em Lageosa do Mondego. -----

-----Tendo sido solicitado algumas vezes à autarquia de Celorico da Beira, a numeração de polícia da Estrada de Vale de Azares, na freguesia de Lageosa do Mondego, dado morarem no mesmo arruamento pessoas com o mesmo nome, levando a que por vezes a correspondência fosse trocada, e desejando os serviços de toponímia da Câmara Municipal, dar resposta ao solicitado pelos Munícipes, foi consultada a Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego no sentido desta se pronunciar sobre se pretendia manter a designação de Estrada de Vale de Azares ou alterar o seu topónimo.-----

-----A Junta de Freguesia manifestou o seu interesse em alterar o topónimo, homenageando o criador e ensaiador do Rancho Folclórico da Lageosa do Mondego – Manuel Anacleto Guerra.-----

-----Apresenta assim esta Comissão de Toponímia e a Junta de Freguesia da Lageosa do Mondego, ao abrigo do N.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Polícia do Conselho de Celorico da Beira, a sugestão de alteração de designação de Estrada de Vale de Azares para a Rua Manuel Anacleto Guerra.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta de alteração apresentada pela Comissão Municipal de Toponímia, referente ao arruamento designado por Estrada de Vale de Azares, em Lageosa do Mondego, para Rua Manuel Anacleto Guerra.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**X - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: SUBSÍDIO DE REINTEGRAÇÃO - ENGENHEIRO ANTÓNIO JOSÉ MARQUES CAETANO - PARECER DA ANMP**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, com registo interno n.º 2487, datada de 8 de Setembro de 2009, dando conhecimento que sobre o assunto em tópico, a ANMP é de entendimento o direito opcional entre a aplicação da contagem em dobro, prevista no art. 18.º do Estatuto dos Eleitos Locais e o subsídio de reintegração.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que foi acordado com o Senhor Eng. António Caetano, ex-Presidente da Autarquia um plano de pagamentos em 24 meses, com início no pretérito mês de Agosto-----

-----**A Câmara deliberou aprovar a atribuição do subsídio de reintegração do ex-autarca, Eng. António José Marques Caetano, no**

valor de 31 018, 68€, mediante um plano de pagamentos, acordado entre as partes, em 24 meses, com início no passado mês de Agosto.--

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno**, por motivos profissionais, ausentou-se da reunião. -----

-----UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2009 – REQUERENTE: CASA D. JOÃO DE OLIVEIRA MATOS-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 166/2009, com o registo n.º 2501, datada de 10/09/2009, referindo que analisado o pedido, o lugar de estacionamento pretendido localiza-se na Rua Maria Augusta Mocho junto a um lugar de estacionamento privativo, anteriormente concedido e licenciado para o ano de 2009, também à casa D. João de Oliveira Matos.--

-----Mais informam que após deslocação ao local não vêem qualquer inconveniente na pretensão da requerente em termos de circulação automóvel, devendo ser adicionado à sinalização existente, um painel adicional modelo 10a, com os dizeres “2 LUGARES”.-----

-----Informam que em conformidade com o Regulamento de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, o lugar privativo de estacionamento solicitado implica o pagamento, até ao final do ano civil corrente, de uma taxa no valor de 88,05€ (17,5m²x1,62/metrox3 meses).-----

-----No que concerne ao pedido de isenção, deste lugar de estacionamento e dado tratar-se de uma IPSS colocam o assunto à consideração superior. -----

-----Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um lugar de estacionamento na Rua Maria Augusta Mocho, à Casa D. João de Oliveira Matos, bem como isentar a referida Instituição do pagamento de taxa para o ano 2009.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**CAMINHO DE LIGAÇÃO ENTRE A E.N. 16 – SANTO ANTÓNIO DO RIO (ROTUNDA DA COVA DA AREIA) – VOTO DE AGRADECIMENTO**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Vereador António Silva, com o seguinte teor:-----

-----“Como é do conhecimento do Executivo Municipal, a autarquia no âmbito de uma política de melhoria de acessibilidades, está a proceder à beneficiação e execução de vários caminhos no Concelho. -----

-----Nesta sequência, sou a trazer ao conhecimento de V.Ex.^a que, aquando da execução do caminho supra identificado, procedeu-se ao seu alargamento nas parcelas pertença do Senhor José Júlio dos Santos Figueiredo, Senhor Manuel Ramos e Dr. Carlos Miguel, que cederam as mesmas a título gratuito, a favor do Município. -----

-----Face ao exposto e atendendo ao acto benemérito dos munícipes sou a propor que fique registado um voto de agradecimento do Executivo Municipal, ao Sr. José Júlio dos Santos Figueiredo, Sr. Manuel Ramos e Dr. Carlos Miguel, pela cedência das parcelas de terreno que permitiram a execução da obra identificada em título”.-----

-----**A Câmara deliberou aprovar um voto de agradecimento aos munícipes, Senhor José Júlio dos Santos Figueiredo, Senhor Manuel Ramos e Dr. Carlos Miguel, pela cedência a título gratuito das parcelas de terreno, que permitiram o alargamento do “Caminho de Ligação entre a E.N. 16 – Santo António do Rio (Rotunda da Cova da Areia).**-----

-----**UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, EPE**-----

-----Foi presente declaração da U.L.S. Guarda, datada de 14/9/2009, informando que o Senhor Presidente da Autarquia, José Francisco Gomes Monteiro, se encontra internado nessa instituição, desde o dia 6/9/2009.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**IP2 – TRANCOSO/CELORICO DA BEIRA (IP5) – 1.º PLANO DE SINALIZAÇÃO – KM 11,9 DA E.M. 580 – 2.º PLANO DE SINALIZAÇÃO – KM 0,5 DO CM 1101 – 3.º PLANO DE SINALIZAÇÃO – CORTE DO C.M. 1101 ENTRE A E.M. 580 E CORTEGADA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de 14/9/2009, subscrita pelas Técnicas, Carla Nabais e Delfina Fonseca com o seguinte teor:-----

-----“Na sequência dos ofícios com as referências 100.3/AFAPLAN/006 – COR/MME, 100.3/AFAPLAN/004-COR/MME e 100.3/AFAPLAN/005-COR/MME, com registos de entrada n.º 11151, 11144 e 11150, respectivamente e com data de entrada 07/09/2009, nos quais é solicitada a aprovação da implementação dos Planos de Sinalização Temporária de Trânsito n.º 1, 2 e 3, somos a informar V.Ex.^a que não se vê inconveniente na implementação dos Planos de Sinalização propostos. -----

-----No entanto, no Plano de Sinalização n.º 3 – sentido Celorico-Gare-Aldeia Rica, deve ser implementado o sinal direccional de desvio da Cortegada invertendo o sentido (deverá dar indicação de circulação para a estrada disponível, com a indicação esquerda e não direita, conforme proposto). -----

-----Salienta-se que toda a sinalização a implementar deverá cumprir a legislação em vigor (Decreto Regulamentar 22-A/98, de 01 de Outubro e respectivas alterações). -----

-----Mais se informa que o prazo solicitado para a implementação da sinalização medeia entre 01 de Setembro de 2009 e final de Maio de 2010 (20/05/2010).-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou aprovar o 1.º Plano de Sinalização – km 11,9 da E.M. 580, o 2.º Plano de Sinalização – km 0,5 do CM 1101 e o 3.º Plano de Sinalização – Corte**

do C.M. 1101 entre a E.M. 580 e Cortegada, relativos ao IP2 – Trancoso/Celorico da Beira (IP5). -----

-----**Mais deliberou que seja invertido o sentido do sinal direccional de desvio da Cortegada (deverá dar indicação de circulação para a estrada disponível, com a indicação esquerda e não direita, conforme proposto) no 3.º Plano de Sinalização.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**CEDÊNCIA DE MÓVEIS**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social com registo interno n.º 2531, datada de 11/9/2009, dando conhecimento que depois de visita domiciliária à Sr.ª Graciana, residente em Santo António do Rio, verificaram que as obras estavam concluídas e que tinham sido aplicados os materiais cedidos pela autarquia.-----

-----Propõem que, uma vez que a habitação está pronta a habitar, com todas as condições, sejam cedidos alguns móveis que estão armazenados na Escola de Linhares e que pertenciam à Casa dos Magistrados, nomeadamente: armário de sala, mesa e 4 cadeiras de cozinha, quarto de casal completo, conjunto de tapetes, um cortinado e 2 camas individuais. ---

-----**A Câmara deliberou que se proceda à cedência do mobiliário identificado pelas Técnicas do Gabinete de Acção Social, para a habitação da Sr.ª Graciana, residente em Santo António do Rio.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovado em minuta.* -----

-----**RELATÓRIO SEMANAL REFERENTE À RECOLHA DE LIXO NAS FREGUESIAS DO CONCELHO**-----

-----Foi presente para conhecimento o relatório semanal referente à recolha de lixo nas freguesias do concelho, datado de 15 de Setembro de 2009. -----

**-----CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO –
REQUERENTE: LISA JOAN MARQUES-----**

-----Foi presente requerimento n.º 736, datado de 15/09/2009, em nome de Lisa Joan Marques, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Ladeira, freguesia de Vila Boa do Mondego, inscrito sob o artigo matricial número 303, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o Fiscal Municipal de acordo com a informação, verificou que o mesmo foi construído antes de 1981, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 2001. -----

-----No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2001. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que a requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Rui Correia, a petição da requerente. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**-----CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO –
REQUERENTE: FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS LOPES -----**

-----Foi presente requerimento n.º 702, datado de 15/09/2009, em nome de Fernando José dos Santos Lopes, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Cardadaira – Aldeia Rica, freguesia de Açores, inscrito sob o artigo matricial número 450, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser

exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o Fiscal Municipal de acordo com a informação, verificou que o mesmo foi construído antes de 1981, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 1984. -----

-----No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1984. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Rui Correia, a petição do requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**SOLICITAÇÃO DE AJUDA PARA CUSTEAR TRANSPORTE** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, com registo interno n.º 2575, datada de 16/9/2009, dando conhecimento que o Sr. Luís Manuel Santinho da Silva, residente em Celorico-Gare, solicitou ajuda para custear transporte diário, para a Guarda, da sua filha Diana Sofia Salvador da Silva. -----

-----Mais informam que o agregado familiar é composto por 4 elementos, sendo o rendimento familiar proveniente do rendimento de trabalho do casal, capitação média mensal no valor de 306,98€ -----

-----Referem que a aluna está matriculada no Instituto Politécnico da Guarda, Curso de Contabilidade, no ano lectivo de 2009/2010, sendo portadora de deficiência, espinha bífida congénita, necessita de ser transportada numa carrinha adaptada, disponibilizando-se a CERCIG e fazer esse transporte mediante a quantia de 15€ diários.-----

-----O GAS é de parecer que se deve apoiar esta jovem aluna de forma a conseguir no futuro sucesso profissional. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** considera que todo o apoio à reinserção da aluna é de louvar e que uma vez que a autarquia dispõe de motoristas suficientes, poderia prestar este serviço, com custos menores. ---

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que a autarquia não poderá efectuar este transporte, porque não dispõe de meios adequados para o fazer, no entanto iria envidar esforços junto da CERCIG, para tentar reduzir os custos, propondo que neste momento seja atribuído 50% do montante despendido. -----

-----**A Câmara deliberou participar em 50%, o valor do transporte a efectuar pela CERCIG, para transportar a aluna Diana Sofia Salvador da Silva, para o Instituto Politécnico da Guarda.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSES ESCOLARES SOLICITADOS AO MUNICÍPIO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 14/09/2009, informando que foi requerido ao Município, por diversos munícipes apoio para aquisição de passes escolares, tratando-se de estudantes que já atingiram o limite de idade para a frequência do ensino obrigatório Lei n.º 85/2009 artigo 8.º. -----

-----Após a análise dos processos de Passe Escolar e tendo por referência o Despacho n.º 18987/2009 verificou-se: -----

Nome	Freguesia	Escalão
Tiago José da Conceição Fernandes	Cortiço da Serra	B
Bruno Alexandre Pires Gomes *1	Cadafaz	A
Solange Francisco Henriques	Baraçal	A
Hélio André dos Santos Braga	Aldeia Rica	A

Cátia Sofia dos santos Braga	Aldeia Rica	A
James Gonçalves	Cadafaz	B

*1 Embora o aluno em causa apresente declaração de abono de família com escalão 2 (B), por ser portador de deficiência consideramos que o aluno deve usufruir do escalão 1 (A), de modo a garantir que o jovem continue a frequentar a CERCIG.

-----**A Câmara deliberou isentar de pagamento de Passe Escolar os alunos supramencionados na tabela.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** alertou uma vez mais para o facto de os passes escolares deverem ser solicitados até ao início do ano lectivo, sob pena de os pedidos poderem ser indeferidos.-----

-----**PASSE ESCOLAR SOLICITADO AO MUNICÍPIO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social datada de 14/9/2009, dando conhecimento que em reunião de Câmara do dia 5/11/2008 foi deliberado isentar do pagamento de passe escolar a aluna Cláudia Sofia Tomás Figueiredo (escalão A). Mais foi deliberado que a requerente efectue um pagamento mensal de 20€, até perfazer a dívida de 242,22€, referente ao fornecimento de refeições relativo ao ano lectivo de 2006/2007. Mais informam que no ano lectivo de 2008/2009 a requerente efectuou o pagamento de 173,88€, faltando liquidar o montante de 68,34€ -

-----Informam ainda que para o ano lectivo de 2009/2010 foi solicitado passe escolar para a referida educanda, propondo a atribuição de passe escolar (escalão A), tendo o agregado de continuar a liquidar a dívida mensalmente.-----

-----**A Câmara deliberou atribuir passe escolar (escalão A) à aluna Cláudia Sofia Tomás Figueiredo, no entanto terá que continuar a liquidar a dívida referente ao fornecimento de refeições, respeitante ao ano lectivo de 2006/2007.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

**-----CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO –
REQUERENTE: ANTÓNIO JOSÉ DE JESUS GONÇALVES-----**

-----Foi presente requerimento n.º 736, datado de 15/09/2009, em nome de António José de Jesus Gonçalves, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua Nossa Senhora de Azares, freguesia de Vale de Azares, inscrito sob o artigo matricial número 628, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o Fiscal Municipal de acordo com a informação, verificou que o mesmo foi construído antes de 1981, apesar do ano de inscrição na matriz ser de 1983. -----

-----No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1983. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição do requerente.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----AUMENTO DE COMPARTES -----

-----Foi presente informação interna, datada de 15/09/2009, do Gabinete Jurídico, com o seguinte teor: -----

-----“Foi solicitado ao abrigo do disposto no art. 54.º, da Lei 64/2003, de 23 de Agosto, autorização pela procuradora de Amélia de Jesus Cambraia, o aumento do número de compartes para dois, por efeito de Escritura Pública de compra e venda que pretende celebrar do prédio rústico composto por terra de lameiro, pinhal, mato e pastagem, sito ao “Barrete”

da freguesia de Açores, concelho de Celorico, com área de 11.832 m² que confronta do norte com Manuel Bernardo (Hrds), a sul com Bernardo Agostinho, nascente com Maria de Lurdes Prata e poente com Manuel Bernardo, inscrito na matriz rústica sob o artigo 492 da freguesia de Açores.-----

-----De acordo com a supra referida Lei “são nulos os negócios jurídicos entre vivos de que resultem ou possam vir a resultar a constituição da propriedade ou de ampliação do número de compartes de prédios rústicos, quando tais actos visem ou deles resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos”.-----

-----Ora pretendendo apenas a requerente, o aumento do número de compartes e não o fraccionamento físico do prédio, entende-se que não existe obstáculo à emissão da certidão requerida.”-----

-----**Após análise e de acordo com a informação do Gabinete Jurídico, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, emitir a certidão de aumento de compartes, requerida pela requerente.**-----

-----**Absteve-se o Senhor Vereador Rui Correia.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número 10, de dois mil e nove, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo III**).-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e vinte minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-

Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, que a
secretariei. -----
